

Audiodescrição – modalidade de tradução audiovisual: tradução ou adaptação?

Doutoranda Larissa Costa¹ (PUC-Rio)

Resumo:

A audiodescrição (AD) consiste na transformação de imagens em palavra cujo intuito é tornar acessíveis os principais elementos visuais de uma obra para aqueles que têm problemas de visão. A inclusão da AD no campo da tradução audiovisual (TAV) bem como a inclusão desta nos Estudos da Tradução se deveram, entre outros fatores, a interesses político-acadêmicos que visavam fortalecer seus desenvolvimentos e auxiliar na conquista de sua visibilidade e reconhecimento sociais. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é discutir a audiodescrição como uma modalidade de tradução, questionando se não seria mais proveitoso identificá-la como um tipo de adaptação, refletindo sobre possíveis limites e entrecruzamentos dessas duas formas de reescrita e, mais recentemente, áreas disciplinares.

Palavras-chave: audiodescrição, tradução audiovisual, tradução, adaptação, entrecruzamentos pragmáticos e conceituais

Se a circunscrição da atividade tradutória consiste em uma tarefa complexa, que há tempos ocupa os profissionais e os estudiosos da área, abordar a audiodescrição como uma modalidade de tradução traz um novo desafio ao debate, já que devem ser levadas em consideração as características específicas e exigências técnicas da AD. O fato da tradução audiovisual (TAV), e conseqüentemente a AD, ser vista por muitos como um tipo de adaptação e não como tradução será meu ponto de partida para discutir um possível hiato entre significantes e práticas.

Apesar de a TAV viver um período de grande crescimento, trazendo grande visibilidade para os Estudos da Tradução (DIAZ-CINTAS, 2005, p.314), são poucos os trabalhos que problematizam a inserção da primeira nesse campo ou sua “melhor” adequação aos Estudos da Adaptação. Diaz-Cintas, em trabalho anterior ao citado acima, sinalizou que a tradução audiovisual em termos numéricos era a atividade mais importante dos nossos dias por atingir grande número de pessoas, mas, paradoxalmente, tinha uma quantidade reduzida de estudos, situando-se em um lugar “marginal” ou “subordinado”, provavelmente devido à noção corrente de tradução (Ver DIAZ-CINTAS, 2001, p.20). Já Eliana Franco, diferentemente de Jorge Diaz-Cintas, justifica a quantidade reduzida de estudos sobre a TAV por conta de ela ser uma atividade recente, cujo desenvolvimento está atrelado aos avanços tecnológicos.

a tradução audiovisual é uma área recente nos Estudos da Tradução porque, diferentemente das outras modalidades tradutórias, seu desenvolvimento está estritamente ligado ao desenvolvimento tecnológico. Ou seja, o refinamento da pesquisa em TAV depende, de certo modo, do avanço da mídia e de novos recursos tecnológicos oferecidos (FRANCO, v. 13, 2007, p. 7).

Diaz-Cintas, em trabalho recente (2007), afirma que a resistência à inserção das práticas que constituem a TAV nos Estudos da Tradução foi diminuindo com o tempo. Provavelmente um dos motivos para a diminuição dessa resistência seja o grande interesse do público nos produtos da TAV e a aceitação de um conceito de tradução mais flexível.

En la actualidad, la tendencia más compartida va dirigida a una revisión del concepto de traducción con el objetivo de hacerlo más flexible e inclusivo, capaz

de acomodar nuevas realidades profesionales, en lugar de rechazar aquellas actividades que no entran dentro de una noción rígida y desfasada de traducción, acuñada hace ya muchos siglos cuando ni el cine, ni la televisión, ni el ordenador, ni los móviles habían sido inventados todavía (DIAZ-CINTAS, 2007, p.11)¹.

Vale lembrar que a tradução audiovisual se favorece academicamente com os Estudos da Tradução ao mesmo tempo em que traz muita visibilidade para a atividade tradutória como um todo, havendo, então, um favorecimento recíproco.

O embate travado por Diaz-Cintas em favor da aceitação das modalidades de TAV nos Estudos da Tradução se deve ao entendimento de que a adaptação é uma prática inferior à tradução. Nas palavras deste autor (2007, p. 11): “*En la mayoría de debates académicos, el término ‘adaptación’ parece haber asumido una connotación peyorativa, de inferioridad con respecto al concepto de traducción*”².

Jorge Diaz-Cintas rejeita o uso do termo “adaptação”, assim como Aline Remael, por acreditar que este tem conotação negativa, sendo visto e pensado, normalmente, como uma prática inferior. Eles afirmam que um dos grandes problemas da tradução audiovisual é que nos produtos audiovisuais são utilizados dois códigos – imagem e som – e que as limitações impostas pela necessidade de sincronia desses dois códigos obrigam, inevitavelmente, à síntese de informações, levando esta prática a ser vista como um tipo de adaptação (DIAZ-CINTAS, REMAEL, 2007, p. 9).

Para eles, esta é uma das razões para que a tradução audiovisual tenha sido ignorada pelos estudiosos da tradução até recentemente. Foi sobretudo a partir da classificação de Jakobson que a noção de tradução audiovisual passou a ser considerada por muitos autores.

Para eles [Diaz-Cintas e Remael], era uma mudança necessária, já que, “[t]odos esse modos de tradução apagaram os limites tradicionais entre a tradução e a interpretação e entre os códigos oral e escrito” (Gambier, 2003, p. 178). [...] Ou seja, com o advento dos meios audiovisuais, “[a] tradução deve ser entendida a partir de uma perspectiva mais flexível, heterogênea e menos estática, que engloba uma série vasta de realidades empíricas e acompanha a natureza sempre mutável da prática” (Díaz Cintas & Remael, 2007b, p. 10 apud SELVATICI, 2010, p. 58).

Yves Gambier aponta que as práticas audiovisuais podem ser vistas como tradução se esta não for pensada como simples transferência palavra por palavra, mas como um conjunto de estratégias que incluem resumo, paráfrase etc. Nesta perspectiva a noção de texto se expande e inclui outros sistemas semióticos que também são partícipes da construção dos significados. A equivalência, então, passa a ser compreendida de maneira mais flexível. Diaz-Cintas defende que

El concepto tradicional de fidelidad formal, tan venerado por los estructuralistas de la lingüística de los años sesenta, ha de ser revisado y flexibilizado para el caso de la subtítulos y demás modalidades de traducción audiovisual. El one-to-one translation approach pierde toda su validez en nuestro terreno y el concepto de equivalencia, tanto semántica como formal, se debe entender desde una perspectiva mucho más maleable que en otras esferas de la traducción (DIAZ-CINTAS, 2007, p. 10)³.

¹ Hoje, a tendência mais comum é direcionada para uma revisão do conceito de tradução, a fim de torná-lo mais flexível e inclusivo, capaz de incorporar novas realidades profissionais, em vez de rejeitar aquelas atividades que não se enquadram dentro de uma noção rígida e ultrapassada de tradução, estabelecida já há muitos séculos, quando nem o cinema, nem a televisão, nem o computador, nem os celulares tinham sido inventados ainda.

² Na maioria dos debates acadêmicos, o termo “adaptação” parece ter assumido uma conotação pejorativa, de inferioridade em relação ao conceito de tradução.

³ O conceito tradicional de fidelidade formal, tão reverenciado pelos estruturalistas da linguística nos anos sessenta, deve ser revisto e flexibilizado no caso da legendagem e demais modalidades de tradução audiovisual. O one-to-one translation approach perde sua validade no nosso campo e o conceito de equivalência, tanto semântica como formal,

Frederic Chaume, assim como Diaz-Cintas, defende a ampliação, abandono ou redefinição dos conceitos de equivalência e fidelidade para incorporação das práticas audiovisuais nos Estudos da Tradução.

Sería sensato para la traductología abandonar o darle un nuevo significado a concepciones estáticas como “equivalencia” o “fidelidad”. Tales términos han sido entendidos por muchos años de manera muy estricta, y renunciar a ellos o redefinirlos abriría camino a soluciones y estrategias traductivas practicadas todos los días por profesionales de esta modalidad (CHAUME, v. 9, no 15 (ene.-dic. 2004), p. 352)⁴.

É nessa perspectiva que Gambier sugere o uso do termo “tradaptação”, no qual se diluiriam as dicotomias tradução literal/livre e tradução/adaptação (Ver SELVATICI, 2010, p. 58; FERNANDES, 2007, p. 38). Diaz-Cintas considera esse conceito de Gambier impreciso, desnecessário para o campo da TAV – apesar de reconhecer que é uma tentativa de achar um equilíbrio entre a tradução e a adaptação – e criado tardiamente já que para ele a questão terminológica já está resolvida.

Embora para Diaz-Cintas a questão da terminologia já esteja resolvida e pareça haver atualmente, de maneira geral, a aceitação das modalidades da TAV nos Estudos da Tradução, Manuela Correia, em sua dissertação de mestrado, primeiro trabalho acadêmico sobre AD defendido no país, sinaliza que ainda há resistência na inserção da audiodescrição nos Estudos da Tradução.

Até há bem pouco tempo, ainda havia certa relutância em se utilizar o termo “tradução” para se referir a práticas como a legendagem, a dublagem e o voice-over. Se isso ocorreu com modalidades de tradução audiovisual mais antigas, aquelas que são mais facilmente aceitas enquanto modalidades tradutórias devido ao seu caráter interlingual, nada mais natural que a resistência seja ainda maior no caso da audiodescrição, uma modalidade de tradução audiovisual intersemiótica que conta apenas com pouco mais de trinta anos de existência (CORREIA, 2009, p.12).

Correia mostra que Hynks, audiodescritora no Reino Unido, defendeu, em 2005, que a audiodescrição seria uma prática complementar à tradução, tendo em vista que para ela a tradução consiste na transposição fiel de uma língua para outra e a audiodescrição consiste muitas vezes na síntese das informações visuais. É notória na fala de Hynks a sedimentação da noção da tradução, presente no senso comum, que acredita em uma tradução fiel, na qual parte-se do princípio de que é possível ao traduzir criar uma obra igual na outra língua, ou no caso da audiodescrição, em outro meio.

Catalina Jimenez Hurtado e Ana Ballester Casado afirmam que a audiodescrição é uma modalidade de tradução audiovisual, definida como uma tradução subordinada à imagem e limitada pelo tempo de silêncio no produto audiovisual (Ver HURTADO, 2006, p. 145, CASADO, v. 13, 2007, p.161). Casado complementa esta ideia informando que, por conta da limitação do tempo, é fundamental saber escolher o que deve ser dito ou omitido. “Estabelecer prioridades a partir do princípio da relevância é um aspecto da audiodescrição que ainda há muito que se investigar” (2007, v.13, p. 161, tradução nossa).

Vale ressaltar que todos os autores aqui mencionados defendem que a audiodescrição é sim uma modalidade de tradução audiovisual e não um tipo de adaptação, mesmo com as restrições de

deve ser entendido de uma forma mais maleável do que em outras áreas da tradução.

⁴ Sería sensato para a traductologia abandonar ou dar um novo significado a concepciones estáticas como “equivalência” ou “fidelidade”. Esses termos têm sido entendidos, por muitos anos, de forma muito estrita, e renunciar a eles ou redefini-los abriria caminho para soluções e estratégias de tradução praticadas todos os dias por profissionais desta área.

tempo e espaço. Eliana Franco vai além e afirma que

a tradução audiovisual é uma modalidade democrática, porque não trata apenas de filmes. Sua face democrática foi enfatizada faz pouco tempo, quando passamos a assimilar melhor o conceito de tradução intersemiótica de Jakobson, e a **aceitar a adaptação filmica como tradução**, o que levou vários estudiosos de literatura a se interessar pela modalidade, e a escrever excelentes trabalhos sobre o tema. E mais recentemente, a importância da tradução audiovisual, e de seus modos de tradução mais conhecidos, como a legenda e a dublagem (e em seguida, o voice-over e a interpretação simultânea), foi redimensionada pela nova tendência de pesquisa na área, aquela que lida com o conceito de acessibilidade. Assim, pesquisas sobre a legenda fechada para deficientes auditivos e a audiodescrição para deficientes visuais começaram a ser desenvolvidas, e começaram a ganhar espaço no país (FRANCO, v. 13, 2007, p. 8, grifo nosso).

Até o momento, procurei dar um panorama geral da discussão acerca da inserção ou não da TAV nos Estudos da Tradução, mostrando diferentes pontos de vista sobre o tema e a maneira pela qual o debate foi travado no âmbito acadêmico. Para os teóricos da TAV a recusa em aceitar que suas modalidades faziam parte dos Estudos da Tradução era decorrente de uma visão mais geral/tradicional de tradução, que é verter um texto de uma língua para outra, noção ainda presente no senso comum. Se inicialmente a tradução era pensada em termos de correspondências entre palavras, depois entre componentes sintático-lexicais, atualmente é corrente a compreensão de que a tradução é um processo de negociação ou mediação entre diferentes culturas e historicidades. Isso nos leva à reflexão acerca da ampliação do conceito de tradução. Se por um lado incluir a tradução audiovisual no conceito de tradução pode ser um recurso favorável para dirimir a visão mais essencialista do senso comum que ainda pensa tradução como transporte completo de significados estáveis, por outro, é fundamental questionar se a adoção de novos estilos de tradução não ampliam demais o conceito.

No artigo “Sobre o que chamamos de tradução”, Maria Paula Frota e Helena Martins definem duas atitudes, quais sejam, descritiva e avaliativa, como direcionamento para o debate dos possíveis limites para a tradução. Essas duas atitudes, que geram dois diferentes questionamentos – “O que chamamos de tradução?” e “O que devemos chamar de tradução?” respectivamente – são tratadas interrelacionadamente. Frota e Martins mostram que a reflexão descritiva e avaliativa dos limites conceituais e práticos da tradução propicia a análise do uso dessa palavra/conceito como excessivamente restritivo ou excessivamente amplo e defendem que apesar de toda tradução ser uma transformação e por isso “o ato tradutório sempre [ser] em alguma medida interventor” (FROTA, MARTINS, 2009, p. 161), deve haver um limite nessa intervenção para que o produto seja designado como “tradução”.

Trata-se de buscar um lugar no qual o fato de reconhecermos que todo conceito nasce por igualação do não igual não nos faça condenar toda e qualquer distinção conceitual ao estatuto de ilusão. Um lugar em que se possa reconhecer que não é porque a tradução é também, em algum sentido, autoria, adaptação e crítica ideológica que precisamos abrir mão de chamar alguns textos de “tradução”, outros de “original”, outros de “adaptação”, outros de “crítica”. [...] O fato de que a linha entre a verdade e a mentira não pode ser traçada de forma absoluta não nos deve impedir de considerar ultrajantes certas mentiras. E o fato de que o uso e o abuso da linguagem não podem ser separados não nos deve impedir de considerar abusivos certos usos (Idem, p. 172)

É possível fazer um paralelo entre o que é defendido por Frota e Martins e o que Umberto Eco (2007) defende na introdução do livro *Quase a mesma coisa*. Eco no debate sobre a tradução propriamente dita e a tradução intersemiótica, se refere à necessidade de uma prudência terminológica, afirmando ser fundamental distinguir o que é uma tradução propriamente dita de

uma tradução intersemiótica, entendida por ele como transmutação ou adaptação.

Apesar de a audiodescrição vir se firmando como uma modalidade de tradução, considero necessário aprofundar o debate acerca dos limites e entrecruzamentos entre a tradução e a adaptação para melhor refletir se não seria mais adequado chamar a audiodescrição, um tipo de tradução intersemiótica, já que transforma imagem em texto, de adaptação e não de tradução por uma “prudência terminológica”, como defendido por Eco.

Lauro Maia Amorim mostra que os limites que separam a tradução da adaptação são tênues e inexatos, na medida em que as definições desses termos não são definitivas e nem necessariamente consensuais, além de variarem ao longo da história.

[...] os limites que a [adaptação] separariam da tradução não são “naturais”, nem tão nítidos como se supõe, e não há nenhuma unanimidade teórica quanto à possibilidade de delimitação objetiva (AMORIM, 2005, p.41).

Os conceitos de tradução e de adaptação são concebidos com base em instância institucional mais ampla, que influencia as próprias opções investidas numa reescritura (AMORIM, 2005, p. 44).

Apesar de Amorim trabalhar essas duas noções no campo da reescrita literária, suas considerações sobre o tema trazem grande contribuição para o debate que aqui venho desenvolvendo, já que podem ser estendidas à tradução audiovisual, e à audiodescrição em particular, salvaguardando as especificidades de cada campo. Pelo contorno deste trabalho e o limite de páginas do artigo refletirei sobre a ideia de fidelidade versus criatividade discutida por Amorim no livro *Tradução e Adaptação: encruzilhadas da textualidade em Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carrol, e Kim, de Rudyard Kipling*.

Amorim promove o debate sobre fidelidade versus criatividade a partir do texto *Translation and Adaptation* de Johnson (1984) e mostra que para esse autor “apesar de a tradução e a adaptação operarem em níveis semelhantes, o ‘grau’ ou a ‘natureza’ da ‘aplicação mental’ variam em cada caso” (AMORIM, 2005, p. 81). A adaptação seria mais flexível e criativa do que a tradução, mas menos fiel, já que há maior espaço para modificação ou perda de informação. A tradução por sua vez seria mais exaustiva, por requerer maior rigor e fidelidade ao texto original. Na bibliografia consultada para produção deste artigo não encontrei nenhuma menção à ideia de criatividade atrelada às modalidades da TAV. Só há menção à necessidade de adequação do texto à restrição do tempo e conseqüentemente à síntese das informações e que essa necessidade de síntese leva alguns teóricos a considerarem essas modalidades como adaptação e não tradução. É possível que a falta de menção ao aspecto da criatividade nas modalidades da TAV seja decorrente da ligação que esta tem com a noção de adaptação: a criatividade faz parte dessas modalidades, uma vez que a restrição do tempo leva à condensação das informações e são necessárias soluções criativas para minimizar a perda de informação.

Amorim aponta que para Susan Basnett-McGuire a adaptação implica na transgressão dos limites do que se pensa como tradução e traduzir seria manter-se no interior desses limites. Nesse sentido a adaptação promoveria desvios em relação ao texto original. Mas quais seriam, então, esses limites? A síntese de informação, característica comum às modalidades da TAV, extrapola esses limites e promove desvios em relação ao original?

Tanto o conceito de tradução quanto o de adaptação são atravessados por instâncias que informam seus sentidos, suas possibilidades, seus limites. A contradição não é um elemento externo ou contingente em relação à constituição desses limites, mas, pelo contrário, é um fator que “põe em jogo” a configuração das próprias fronteiras que separariam objetivamente, os “conceitos” e as produções textuais das concepções teóricas que os sustentam (AMORIM, 2005, p. 107).

Considero importante ressaltar que o que se discute aqui não são definições fixas e que não

se alteram no curso da história, mas o debate sobre como essas definições são compreendidas neste momento histórico e quais os desdobramentos dessas definições na prática. Nesse sentido, os limites que separam tradução e adaptação não são naturais e sim culturais e por isso mesmo delimitáveis, não unânimes e mutáveis. Refletir sobre essa delimitação – que, para mim, deve ser flexível para incorporar essas novas afiliações, mas não tão abrangente a ponto de deixar de demarcar o não-aceitável e acabar com as fronteiras, que não separam objetivamente, mas dão um certo contorno às práticas e as organizam como objeto de teorização – é fundamental para pensar a tradução não só como objeto de teorização no âmbito acadêmico, mas também como ela faz parte ou interfere no ofício do tradutor. Se na prática essas modalidades da TAV funcionam como adaptação e não como tradução porque então não chamá-las de adaptação? É uma filiação estratégica que recusa uma denominação entendida como menor ou pejorativa? Me parece que esses conceitos vem sendo tratados como uma taxonomia binária. Se pensar os limites para chamarmos algo de tradução ou adaptação significa reconhecer que critérios utilizamos em nossa prática cotidiana, critérios que não estão lá a priori, mas que são fruto de nossas práticas, temos que reconhecer também que essa oposição reduz esses conceitos e geram um hiato entre significantes e práticas. Amorim mostra que

Gambier considera que a oposição entre tradução e adaptação é reducionista na medida em que representa uma ‘taxonomia binária’ que pressupõe um certo fetichismo em relação ao texto de partida, reproduzindo outras antinomias como literário/não-literário, literal/livre, forma/conteúdo etc.

Na medida em que a tradução é mediação, somente pode ser concebida no espaço de adequações, ou seja, adaptações: a tradução, como mediação, é ajustamento a um contexto, a certos objetos ou intenções, a leitores ao mesmo tempo reais e objetos de representações de fantasmas. Ela é trabalho, negociação de sentido, interação: é necessariamente adaptação, como toda comunicação e não puro transporte de formas (GAMBIER, 1992, p.424 apud AMORIM, 2005, p.104)

Fica evidente que tratar esses dois conceitos dicotomicamente é inadequado e insuficiente, na medida em que, inevitavelmente, eles se cruzam. Se inserir a TAV nos Estudos da Tradução e a audiodescrição na TAV tem intuito de atrelá-las a um campo já estabelecido institucionalmente, favorecendo-as academicamente; o grande interesse do público nessas modalidades traz visibilidade para os Estudos da Tradução, gerando um favorecimento recíproco. Para mim, a consolidação da AD como uma modalidade de TAV e sua integração nos departamentos universitários de tradução ajuda na promoção, desenvolvimento e difusão de uma atividade de extrema relevância social.

Referências Bibliográficas

- 1] CASADO, Ana Balester. La audiodescripción: apuntes sobre el estado de las perspectivas de investigación In: *TradTerm*, v. 13, p.151-169, São Paulo, 2007.
- 2] CORREIA, Manoela Cristina. *Com os olhos do coração: estudo acerca da audiodescrição de desenhos animados para o público infantil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2009 Disponível em: www.audiodescricao.com Acesso em: 15/09/09.
- 3] DIAZ-CINTAS, Jorge. Entrevista concedida a Eliana Franco e Vera Lucia Santiago In: *Cadernos de Tradução* v.2, n.16 (2005).
- 4] DÍAZ-CINTAS, Jorge. Traducción audiovisual y accesibilidad In: *Traducción y accesibilidad Subtitulación para sordos y audiodescripción para ciegos: nuevas modalidades de*

- Traducción Audiovisual. Frankfurt: Peter Lang, 2007. p. 9-23
- 5] ECO, Umberto. “Introdução”. *Quase a mesma coisa*. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- 6] FERNANDES, Alexandra Valle. Tradução para legendagem: perspectivas e condicionalismos com uma breve análise de um episódio de Gilmore Girls – Tal Mãe, Tal Filha. Dissertação de Mestrado em Terminologia e Tradução. Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2007 Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14671/2/tesemestraducaoparalegendagem000075130.pdf> Acesso em: 05/04/2011.
- 7] FRANCO, Eliana. Apresentação In: *TRADTERM*. v. 13, 2007, p.7-10.
- 8] FROTA, M. P. & MARTINS, H. “Sobre o que chamamos de tradução”. Em Márcia A Pietroluongo (org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.
- 9] HURTADO, Catalina J. De imágenes a palabras: La audiodescripción como uma nueva modalidad de traducción y de representación Del conocimiento. In: *Quo vadis translatogie? Ein halbes Jahrhundert universitare Ausbildung von Dolmetschern und Übersetzern in Leipzig*. Frank&Time, 2006. Disponível em: http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=NUNtOs9yDIAC&oi=fnd&pg=PA143&dq=audiodescripci%C3%B3n&ots=aw_6D4eOYB&sig=pOyggVY6rCPOsjaiEFSrCflyEM#v=onepage&q=audiodescripci%C3%B3n&f=false Acesso em: 20/07/09.
- 10] SELVATICI, Carolina. *Closed caption: conquistas e questões*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de mestrado (Estudos da Linguagem). Faculdade de Letras – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.